

# A promessa e as verbas

“Total inadimplência.” Com esse diagnóstico de fácil compreensão pelo menos mil dos 4.500 hospitais particulares brasileiros fecharam suas portas desde a manhã da última sexta-feira. O motivo da paralisação é o mesmo de sempre: o Inamps não pagou os serviços prestados pela rede hospitalar em abril e em maio, num total equivalente a Cr\$ 37 trilhões. Em um país com inflação de 1% ao dia, nenhum empreendimento subsiste se for submetido a esse tipo de pressão financeira. Como já se vai tornando praxe, o comunicado de fechamento por “tempo indeterminado” dos hospitais vem acompanhado da promessa de que os casos de “emergência” serão atendidos.

Para que se tenha uma noção mais precisa do que significa essa paralisação, estima-se que aproximadamente 350 mil pessoas não terão nenhum atendimento médico. A rede hospitalar conveniada responde pelo menos por 60% do atendimento ambulatorial e 80% das internações realizadas pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Se o conceito de emergência compreende, por exemplo, uma sessão de diálise, não abrange operação de catarata.

São muitos os responsáveis por essa autêntica situação de calamidade pública. As despesas gerais do Inamps cresceram em velocidade impressionante: em março eram de Cr\$ 9 trilhões; em abril passaram a Cr\$ 15 trilhões, chegando em maio a

pouco mais de Cr\$ 20 trilhões. A despesa de junho está estimada em pelo menos Cr\$ 29 trilhões — sempre, basicamente com a rede hospitalar. Conforme determina a Lei de Diretrizes Orçamentárias, 15,5% da receita líquida das contribuições sobre a folha de pagamento das empresas ao Ministério da Previdência deve ser repassada ao da Saúde para atender esse tipo de despesa. Como os cortes orçamentários na Saúde foram drásticos e até mesmo irracionais, esse repasse transformou-se em pelo menos 45% do orçamento do ministério de Jamil Haddad. Apesar disso, o ministro Antônio Britto precisa de todo o dinheiro que arrecada para honrar seus compromissos com os aposentados, os célebres 147%. Está devidamente autorizado (?) pela Comissão de Representantes do Ministério da Fazenda e da Previdência a não repassar os 15,5%, ou seja, a não cumprir a lei!

Com isso se sabe que a prioridade política do governo Itamar Franco é o aposentado e não o doente. Sorte do ministro Britto porque para a saúde do povo sobrou mais uma promessa e quase nenhuma verba.

Segundo o presidente da Federação dos Hospitais, o governo vai tentar mais uma vez socorrer a saúde com dinheiro do



Fundo de Assistência ao Trabalhador (FAT), que serve até para criar empregos na construção naval. Na última semana, um projeto de lei chegou à Câmara criando uma “arrecadação de emergência” para a Saúde, que viria dos quase Cr\$ 30 trilhões do FAT. O único problema é que essa emergência só poderá ser atendida se o Conselho do Fundo, composto por representantes do governo, empresários e trabalhadores, concordar com o empréstimo. Segundo o secretário-executivo do Ministério da Saúde, a dívida da Previdência, sem contar junho, já ultrapassa Cr\$ 28 trilhões. O ex-ministro Adib Jatene, em situação semelhante (em setembro passado), também se socorreu, desse tipo de empréstimo, levantando Cr\$ 5 trilhões. Essa quantia, depois da saída do ministro Jatene, foi devolvida aos cofres do FAT?

O mais curioso é que não se pensa, antes da arrecadação de emergência, em ao menos tentar cumprir a lei. A Previdência Social não repassa o que deve para não prejudicar os aposentados, argumentando que a única saída é a recuperação das verbas do antigo Finsocial e da atual Cofins, colocadas pela Justiça sob a guarda da Caixa Econômica Federal, porque questionada quanto à sua constituçionali-

dade. Aqui se entra em território muito estranho. Há meses, o governo conta com possibilidade de impetrar junto ao Supremo Tribunal Federal a discutida ação declaratória de constitucionalidade. Por que não o faz? O que teme? A hesitação permite murmúrios insistentes de que tais recursos, colocados à disposição da Justiça e à guarda da CEF, talvez tenham sido gastos. Dai a resistência, ou melhor o esquecimento, do governo em usar o recurso legal de que dispõe; pois, se ganhar, não poderá resolver a situação dos hospitais; se perder, não poderá atender aos contribuintes que fizeram o depósito em juízo. Esse assunto necessita ser esclarecido para que os rumores cessem.

Aliás, a Previdência Social parece desinteressada em ter seu orçamento completo. Tanto assim que, como observamos ontem, nenhum representante do ministério acompanhou na quinta-feira o interrogatório do auditor Mauro de Moraes no Tribunal de Justiça carioca, acusado de cumplicidade em golpe de US\$ 45 milhões na Previdência Social. E na administração anterior, sem ser reformada nesta, aprovou-se lei estendendo por 20 anos o pagamento dos débitos das prefeituras inadimplentes. Enquanto o presidente cumpre sua promessa de pagar o aposentado, pode dar-se o caso de esse aposentado morrer na porta do hospital. Fechado por culpa do Inamps.